

A APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03 NUMA ESCOLA MUNICIPAL DE RERIUTABA/CEARÁ/BRASIL: UMA ANÁLISE DO PROJETO “MEU BRASIL DE TODAS AS CORES”

DOI 10.5281/zenodo.18047970

Luziane Maria Silva de Oliveira¹
Gilson de Sousa Oliveira²

42

Resumo: O presente artigo analisa a aplicabilidade da Lei 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas brasileiras. O estudo, investigou-se, de modo especial, o projeto interdisciplinar “Meu Brasil de Todas as Cores”, adotado como estratégia para a aplicação da referida lei nas escolas municipais de Reriutaba/Ceará/BR, na contextura da escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Marcelo da Cunha Araújo, nas séries finais (6º ao 9º ano) durante o período de 2013 a 2016. Justifica-se o a produção de estudo acadêmico pela relevância da temática já obrigatória por lei e por se professora das Ciências Humanas é mais uma ação de licenciar aos discentes no intuito de combate ao racismo diante da Lei, como também, levar perspectivas a comunidade escolar em geral da escola citada transformação social e o conhecimento aos discentes. Para dar conta dessa tarefa, estabeleceu-se como objetivo geral verificar se o projeto “Meu Brasil de Todas as Cores” contribuiu para que o estudo da História e da Cultura afro-brasileira fosse adotado nas escolas municipais de Reriutaba e de modo especial da escola em foco. E objetivos específicos, averiguar se as práticas docentes ajudam a criar na escola um ambiente propício a essa temática e se ela foi devidamente assimilado o processo de ensino aprendizagem por parte dos educandos sobre o assunto. O estudo está fundamentado, particularmente, na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de nº. 9.394/96, textos/ artigos acadêmicos de pesquisadores dessa área, a exemplo de (PEREIRA, 2011, 2013,2014); (SILVÉRIO, 2013). Metodologicamente, o estudo obedeceu as seguintes etapas: inicialmente, realizou-se uma leitura criteriosa das legislações brasileiras confrontando-a com literatura disponível. Por meio da visita de campo, análises de documentações, materiais didáticos, Tic’s e seus usos diálogos da comunidade escolar: aos funcionários da Secretaria de Educação do Município, os gestores, professores e estudantes da EEIF Marcelo da Cunha Araújo sobre os efeitos desse Projeto Interdisciplinar. O resultado desse trabalho chegou à conclusão de que o Projeto “Meu Brasil de Todas as Cores”, é uma estratégia pedagógica relevante para que a lei n. 10.639/03 saísse do papel e se materialize em ações

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade INTERAMERICANA em Assunção (Paraguai – PY-Ley 4200). Artigo vinculado à pesquisa da dissertação do referido curso. É professora da Educação Básica dos anos Finais do Município de Reriutaba/CE/BR. E-mail: luzianeoliveira61@gmail.com

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC/CE/BR) e doutorando em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC/CE/BR). Atua no Ensino Superior desde o ano de 2009 como professor dos cursos de Graduação, notadamente aqueles ligados à área educacional. E-mail: gilsongili2016@gmail.com.

Recebido em 28/11/2015

Aprovado em 04/01/2016

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

concretas não só no sentido da escola analisada, mas em todas as entidades escolares desse município.

Palavras-chave: Lei 10.639/03. Projeto Interdisciplinar Meu Brasil de Todas as Cores. Ações pedagógicas.

Abstract: This article analyzes the applicability of Law No. 10.639/03, which established the mandatory teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture in Brazilian schools. The study focuses particularly on the interdisciplinary project “*My Brazil of All Colors*”, adopted as a strategy for implementing this law in the municipal school system of Reriutaba, Ceará, Brazil, within the context of the Early Childhood and Elementary Education School Marcelo da Cunha Araújo, specifically in the final years of elementary education (6th to 9th grades), during the period from 2013 to 2016. The production of this academic study is justified by the relevance of a theme that is legally mandatory and by the fact that, as a teacher in the field of the Human Sciences, it constitutes an additional action aimed at empowering students in the fight against racism in accordance with the law, as well as at promoting social transformation and the dissemination of knowledge within the school community as a whole. To address this purpose, the general objective was to verify whether the project “*My Brazil of All Colors*” contributed to the incorporation of Afro-Brazilian History and Culture in the municipal schools of Reriutaba, with particular emphasis on the school under study. The specific objectives were to examine whether teaching practices helped to create a school environment conducive to this theme and whether the teaching and learning process related to this content was effectively assimilated by students. The study is grounded primarily in the Federal Constitution of 1988, the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDBEN) No. 9.394/96, and academic texts and articles by researchers in this field, such as Pereira (2011, 2013, 2014) and Silvério (2013). Methodologically, the study followed several stages: initially, a careful reading of Brazilian legislation was conducted and compared with the available literature. This was followed by field visits, analysis of documentation, teaching materials, information and communication technologies (ICTs) and their uses, as well as dialogues with the school community, including staff from the Municipal Department of Education, school administrators, teachers, and students of the EEIF Marcelo da Cunha Araújo, regarding the effects of this interdisciplinary project. The results led to the conclusion that the project “*My Brazil of All Colors*” constitutes a relevant pedagogical strategy for ensuring that Law No. 10.639/03 moves beyond formal discourse and is materialized in concrete actions, not only within the analyzed school but also across all educational institutions in the municipality.

Keywords: Law No. 10.639/03; Interdisciplinary Project *My Brazil of All Colors*; Pedagogical actions.

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal ou Carta Magna aprovada em 05 de outubro de 1988, foi uma conquista nos direitos dos brasileiros conforme consta no seu Art. 5º que estabeleceu todos os brasileiros são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Garante a todo cidadão brasileiro e/ou estrangeiro residente no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à

igualdade, à segurança e à propriedade.

No sentido da Educação escolar a Carta Magna passou a concebê-la como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Sobre o combate ao racismo, a presente Lei implica no inciso XLI que assenta a punição de qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais; E o inciso XLII que afirma que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão. Mesmo com esta garantia, ainda continua sendo um grande desafio a ser enfrentado pela sociedade de modo geral e pela escola, de modo particular.

A luta pela superação do racismo e da discriminação racial no atual contexto é uma missão deve ser priorizada na educação escolar básica na intenção de permitir em prática de direito para aqueles que desejam uma educação escolarizada, independente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política.

Uma das tentativas mais recentes de minimizar a questão do racismo nesta sociedade brasileira ocorreu por meio da aprovação da Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todos os estabelecimentos de ensino da educação básica (público e privada).

Desde 2013 pós aprovação da Lei, o estado do Estado do Ceará caminha para para tornar eficiente a intencionalidade da mesma. E, identificou-se discussões, práticas pedagógicas nas escolas estaduais e municipais à relevância do tema, e de modo particular, o refletir da data comemorativa 25 de março de 1884, referente ao dia da abolição da escravatura da província cearense, o dia 20 de Novembro referente o dia da Consciência Negra.

No município de Reriutaba/CE, localizado na região Norte do Estado, tem elaborado esforços, ações concretas nos desafios da nova Lei para o combate do racismo na nossa sociedade e contribuir ao debate em torno desse tema, considerado de grande valor e a necessidade de propor uma Nação mais justa e igualitária.

Justifica-se este estudo na pretensão de refletir essa temática da Lei 10.639/03 nas suas diversas formas para discutir, propor na vida escolar básica e nas políticas públicas do país. Isto é pertinente e, sobretudo, uma questão de vivência social.

O interesse por essa temática surgiu há anos quando iniciei a minha carreira de docência a área das Ciências Humanas e professora de História da escola de pesquisa, a EEIF Marcelo da Cunha Araújo, no município de Reriutaba-CE e em 2013 foi adotado um projeto

interdisciplinar nas escolas municipais, “Projeto Meu Brasil de Todas as Cores” para atuar, desenvolver e usar de estratégia para garantir a aplicação da referida Lei nas práticas pedagógicas das mesmas.

O objetivo geral neste artigo foi de avaliar se este projeto interdisciplinar, tem contribuído para a aplicabilidade da Lei no referente Município e na escola específica estudada. E os objetivos específicos: a) descrever como ocorreu a implantação do projeto “Meu Brasil de Todas as Cores” na escola e seus reflexos nas demais escolas municipais; b) avaliar como este projeto tem sido incorporado ao currículo escolar e às práticas pedagógicas dos professores na sala de aula; c) averiguar se ele contribuiu para criar na escola um respeito mútuo e uma cultura antirracista e menos preconceituosa.

É preciso reconhecer que a Lei 10.639/03 trouxe de novas ideias na proposição das Diretrizes Curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Uma dessas direções indica que os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira constituída e formadora da sociedade brasileira, não tratando os negros de escravos, mas como sujeitos históricos, ativos. valoriza-se, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, mas, a identidade racial, a cultura (música, culinária, dança), as historicidades dos povos africanos, às religiões de matrizes africanas, resgatando o respeito a estes quesitos.

Ocorreram problematizações: A aplicabilidade dessa Lei no contexto educacional brasileiro, implica tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica? E como trabalhar com essa temática no contexto escolar, em sala de aula? A sociedade e a escola encontram-se preparadas para este debate de maneira séria e com o devido valor simbólico? Todos os livros didáticos já contemplam em seus conteúdos os objetivos da Lei 10.639/03? Que ferramentas e estratégias pedagógicas, os professores lecionam essa temática em sala de aula? Indagações dessas me fizeram pesquisar, produzir e, entender a inclusão dessa temática nos conteúdos programáticos educacionais e na agenda da escola.

É preciso, portanto, valorizar todas as ações que a escola brasileira tem desempenhado nesses últimos anos e fortalecer os mecanismos legais para sua plena efetivação da temática da Lei e, de modo que deixe de ser uma Lei de intenções no papel e se tornar realidade concreta para transformar a face da realidade social do nosso País.

2. METODOLOGIA

O percurso metodológico seguiu-se em duas etapas: um de caráter teórico-bibliográfico

e outro empírico (que darei continuidade na minha pesquisa de dissertação do mesma temática).

A primeira etapa estuda e analisa as leis brasileiras aprovadas: a Constituição Federal de 1988 (CF) , a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que está inserida a Lei nº. 10.639/03 que obriga as escolas públicas e privadas no campo da Educação Básica a incorporar ao currículo escolar o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.

Utilizou-se recortes dos artigos desses documentos citados para análise da integração social da população negra. E para fundamentar analisou-se confrontos e fundamentações das produções acadêmicas dos profissionais das Ciências Humanas: historiadores, sociólogos, geógrafos, literatos, pedagogos de Tendências pedagógicas contemporâneas e professores de Educação Básica e Superior.

De exemplo acadêmico temos DEMO (2007), o qual ressalta o uso da pesquisa para o incentivo nas práticas pedagógicas e novas abordagens da educação escolar. Outros autores consultados, NASCIMENTO (2011), SILVÉRIO (2013), os quais ressaltam a história dos reinos africanos, do sistema mercantil elaboraram para os árabes, o tráfico negreiro e a mão de obra escravocrata executado pelos europeus, a cultura da “superioridade” da civilização europeia impostas aos negros africanos.

De acordo com esses autores, esses fatores contribuíram, imperativamente, para construção do racismo, destacando-se, ainda as análises de NDIAYE (2014) que considera que a existência do racismo é fruto de análises históricas e de ações sociais.

Vale destacar também os estudos de PEREIRA, (2011, 2013, 2014), os quais discutem o currículo escolar a partir de experiências dos professores do Educação Básica que aplicam nos seus conteúdos das disciplinas em sala de aula, temas da África direcionados ao tema da Lei 10.639/03.

FREIRE (1987), analisa as práticas pedagógicas dos docentes em sala de aula, aquelas que se comprometem com a aprendizagem dos estudantes na perspectiva da formação de cidadãos críticos. Há neste pedagogo o provocar o incentivo da prática docente a partir da Tendência Pedagógica Progressista Libertadora que busca a transformação social através da educação. Ele reporta ao uso do diálogo entre o docente e o discente o que ajuda os sujeitos a conhecer a sua própria história, na formação da identidade própria.

Por fim, utilizo informações de FROTA (2003), para conhecer a história local, além de dados realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2015 que proporcionaram um olhar histórico e geográfico e de senso populacional e econômico do município. Um trabalho da área da Ciência Social, e de caráter qualitativo.

A segunda etapa da produção deste artigo foi construído a partir de visitas de campo na escola ocorridas em dias letivos dos anos de 2013 a 2016. Foram realizadas análises de documentações (Projeto Político Pedagógico – PPP, livros didáticos, apostilas, vídeos, planos de aula dos professores, atividades escolares) os quais estavam nos departamentos: secretaria, sala dos professores, biblioteca, sala dos professores da escola in foco.

Utilizei estes materiais com o objetivo de clarear e dissecar este objeto de investigação, o de como ocorreu a implantação do Projeto “Meu Brasil de Todas as Cores” nas escolas do município de Reriutaba e sua interferência na referida unidade educativa escolhida para a realização desta produção.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A África é um continente de povos heterogêneos, com diversidade cultural e étnico, formado por reinos e impérios como: Mali, Congo, Cuxe, Nok, Sudão, Axum, praticantes de atividades econômicas da agricultura, extrativismo, comércios com demais povos, exemplificam-se com os árabes islâmicos. Praticantes de religiões e ritos mágicos dos orixás, músicas, danças e ritmos. Conhecimento amplo e diversificado e norteador de crenças e mitologias.

SILVÉRIO (2013; p.17) disse, “A África tem História”. Tem povos miscigenados de origem dos bêberes, nômades, primeiros comerciantes no deserto do Saara com os árabes entre o norte do Mediterrâneo e o sul. Comercializavam minerais, sal e pessoas escravas de prisões de guerra entre os reinos. Ou seja, notável e histórica a comercialização de escravizados na condição de sobrevivência e social a prática remota por volta dos séculos IV a VI. Ou seja, no período da História Antida e Idade Média.

A partir dessas comercializações das eras antigas, ocorreram a solidificação de estereótipos voltados a África, quanto a prática do negro escravizado diante do comércio do tráfico humano, a mão de obra escrava e enfim, a visão de pessoas negras ditas “menores, desvalorizadas na cor de pele e do lugar continental que nasceram”.

Na busca de desconstruir esta imagem eurocêntrica e negativa da África, lutas sociais foram e são necessárias, proposições de leis, as quais direcionam políticas públicas a desconstruir essas ideias sobre os africanos e perceber estes sujeitos ativos, participativos e atuantes

NASCIMENTO (2011) fortalece o combate ao racismo a partir do fim dessas ideias estereotipadas da África instalada nos conceitos de muitas civilizações diante dos olhares de

referência dos povos africanos e reafirma que, “(...) adotar essa forma abominável de mão de obra, marcou profundamente a nossa sociedade e deixou como herança o preconceito contra o negro.” Esta ideia persiste, atualmente, mas, cabe o ensino escolar aprofundar o conhecimento sobre a África e os seus sujeitos. Poderá refletir a temática escravidão dos povos africanos como princípio do racismo, mas instigar, propor reflexões, além disso na tentativa de amenizar.

Na perspectiva NDIAYE (2014) reflete que o problema do racismo é fruto das disposições sociais e a aprendizagem pode acontecer muito rapidamente e, construído no ser humano na fase da infância. É na educação familiar que está o problema social.

E se a família leva ideias racistas para escola quando criança passa a estudar, ter contato com outras pessoas a ideia de discriminar irá ter sentido. Diante disso, iremos ter modos racistas com o colega de pele de tom negra nos diálogos, nas dinâmicas, nas atividades escolares na sala de aula e no recreio escolar. É neste contexto escolar que ocorre a expansão dessa ideias e, a educação escolar não consegue acabar por causa deste enraizamento familiar.

Na intenção de propor transformações de ideias sociais e desconstruir essas negatividades sobre a civilização estudada, e quebrar estereótipos sobre a África, atuações de políticas públicas governamentais e educacionais conseguem amenizar na prática o racismo e propor novas ações ao público envolvido, mas, não “quebram” ideologias totalmente fincadas, enraizadas e, estereotipadas.

Há um leque de legislações brasileiras para diminuir, destruir essas ideias conforme exemplifico: A promulgação da Lei 7.716/89 que promoveu a proteção social e a igualdade racial. Ela fortaleceu o antirracismo, confirmar o crime do racismo em qualquer espaço brasileiro. Desta maneira, há o esclarecimento que em publicação no papel têm punições cabíveis, sujeito a multas e reclusão.

A Lei 12.288/10 constituiu a promulgação do Estatuto Racial para aqueles que enfrentam discriminações e propõe a integração social para os negros. Se torna uma maneira de promover um a inclusão social.

De acordo com TORRES (2013), são documentos legais definidos de reconhecimento étnico social e que devem ser considerados patrimônios histórico- cultural neste país. Ou seja, as culturas dos afrodescendentes devem estar no estudo dos brasileiros para serem conhecidas, aprendidas e valorizadas por todos.

A Lei vigente maior que é a Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº. 9.394/96 contemplou para a escola, o uso da flexibilidade, nos manuseios dos Projetos didáticos e políticos para ocorrer uma perspectiva de todo corpo escolar, (gestão, docentes e discentes),

estejam sempre numa aprendizagem contínua e, manter o conhecimento, trocar experiências e no exercício de avaliar o público envolvido quanto à aprendizagem satisfatória.

Nesta temática da cultura africana é inserida o ampliar do conhecimento sobre a História da África e dos africanos, o trabalho e a luta dos negros no Brasil, a vivência cultural e suas influências na cultura brasileira, é que se torna inclusa na LDBEN durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Lei 10.639 acrescida nos Artigos: 26-A, 79-A e 79-B (pág.10 – 27).

O cumprimento da Lei deve ser aplicado nos currículos escolares das disciplinas de: Artes e Educação, Língua Portuguesa e História. O objetivo de ampliar conhecimento sobre a temática História e Cultura Afro- Brasileira e serem discutidas em sala de aula sobre os africanos além de instrumentos de mão de obra escrava e produtos de mercadoria. Mas, sujeitos atuantes que têm história, origens, culturas, religiosidades e valores morais ou étnicos são relevantes.

FROTA (2003) notifica do processo emancipacionista do município de Reriutaba em 1923. A primeira nomenclatura dele foi Santa Cruz do Norte, em homenagem ao nome de uma fazenda de criar local que dava sustento de subsistência das primeiras famílias. Em 1943, a mudança de nomenclatura para Reriutaba foi eficaz, uma proposta do Decreto-lei na busca de homenagar a tribo indígena, Rerius, que passaram por estas terras.

A EEIF Fundamental Marcelo da Cunha, estabelecimento de cunho pública, situada na zona de extensão urbana, povoado de Oitizeiro do Município, Ceará, Brasil. Foi construída em 1974 por iniciativa das pessoas da comunidade, e, do governo municipal da época. O que iniciou o seu funcionamento no ano seguinte (1975) até os dias atuais.

É nesta entidade municipal (lugar de campo da pesquisa deste artigo), que analiso a execução do Projeto Interdisciplinar “Meu Brasil de Todas as Cores” da temática já supracitada, nas práticas pedagógicas dos professores das disciplinas das Ciências Humanas e Linguagens e Códigos escolares.

Iniciado em 2013 o referente Projeto Interdisciplinar está em execução no calendário letivo das escolas municipais até os dias atuais. Organizado pela Coordenação Pedagógica da Secretaria de Educação do Município (SME), tem de responsáveis professores e gestores escolares municipais da área das Ciências Humanas e Linguagens e Códigos das séries finais do ensino fundamental.

Aprender e a assimilar a diversidade cultural que envolve a unificação, a historicidade dos povos africanos, é a temática do Projeto “Meu Brasil de Todas as Cores. Conforme diz na

documentação do Projeto (2013), a credibilidade e o incentivo aos estudantes poderemos levá-los a pesquisa do assunto, a gerenciar novos conhecimentos e a transformar em conceitos inovadores. Dessa forma, acredita-se que os discentes possam tornarem-se agentes transformadores do meio em que vivemos.

É na escola que se constrói ideias transformadoras e faz acontecer de forma satisfatória à aprendizagem. Assim, haverá mudanças permanentes, a convivência com as diferenças sociais de valores culturais, e a restauração da paz.

4. RESULTADO DA PESQUISA

Na fase de estudo bibliográfico resultaram em análise, aprofundar ideias, manter e aprender conhecimento sobre as legislações aprovadas e atuais da temática, também estar em processo de aprendizagem sempre do tema em questão.

A partir disso, perceber a coexistência de confrontos teóricos com a prática pedagógica da comunidade escolar (sujeitos atuantes da temática durante a produção do artigo na fase empírica).

Os documentos de campo analisados na escola serviram para conhecer a comunidade que a escola está. Foram colhidas características da comunidade escolar: gestão escolar, professores, estudantes para análise.

Foram possíveis verificar através das pesquisas documentais da escola os demais projetos pedagógicos atuados durante os anos letivos (2013 a 2016). Eles estavam catalogados conforme as áreas pedagógicas, compostos os objetivos (geral e específicos), ações e estratégias, e também exposições de recursos pedagógicos didáticos utilizados pela gestão e professores. É notável a execução deles durante o ano letivo, bem como as exposições do fazer, as produções dos discentes documentadas e comprovadas por fotos,

Notifiquei os materiais didáticos disponíveis sobre a temática. Eles estão na biblioteca, na sala dos professores e de posse dos discentes. São recursos de: livros didáticos adotados de cada série e disciplina escolar, para-didáticos de histórias infantis, mitologias, lendas, abecedários africanos e livros da Legislação Brasileira (CF, LDBEN, artigos publicados em forma de parâmetro para professores), enfim, um leque de recursos para o fazer pedagógico dos professores para que se ocorra o processo de prática do lecionar em sala de aula e no aprender dos discentes.

Notifiquei fichas dos professores que lecionam disciplinas das Áreas afins que

contempla a Lei 10.639/03 e executam o Projeto Interdisciplinar (Língua Portuguesa, Artes, História, Geografia, Religião), e com diálogos com os mesmos definem que o Projeto “Meu Brasil de Todas as Cores” é uma estratégia, uma ferramenta metodológica para praticar a aplicabilidade da lei 10.639, na escola para perspectiva do ampliar conhecimento, de respeitar os valores étnico-raciais do ser humano.

Outro resultado definido é que nesta escola que executa o referido projeto necessita o uso de mídias: computadores, notebooks, som, internet eficaz para o uso de pesquisa para os professores e alunos. No entanto, há poucas mídias, o uso de tecnologias pessoais do professores é maior, e notória o que mostram a precariedade de mídias públicas para execução de um trabalho escolar satisfatório.

5. CONCLUSÃO

Essa pesquisa concluiu que a aplicabilidade da Lei 10.639/03 através do Projeto Meu Brasil de Todas as Cores, especificamente, na EEIF Marcelo da Cunha Araújo é concreta e existente e que foram atingidos os objetivos desse estudo.

Pois, o Projeto Interdisciplinar percebi que ele é uma estratégia pedagógica positiva, contínua e utilizada durante os anos letivos pesquisados, Se consegue sair do papel a lei 10.639/03 e passa a atuar na mesma.

Há nos livros didáticos adotados na escola nas disciplinas de História, Geografia, apostilas de Artes e Religião retratados conteúdos da História da África e suas culturas africanas e afro-brasileiras conforme a Lei estuda deseja. E a execução do Projeto “Meu Brasil de Todas as Cores” contribuiu a dar um suporte e orientação pedagógica ao estudo da temática e consequentemente à aplicabilidade e manutenção da Lei 10.639/03 no Ensino Fundamental do Município e dessa escola.

Há um princípio de interdisciplinaridade entre os docentes, da área das Ciências Humanas, História, Geografia, e Religião ao dialogar com eles e interação das áreas contempladas, resultando um trabalho pedagógico no além do estudo do conteúdo na escola, e, sim, promover a transdisciplinaridade e a transformação social.

Provocou também nos discentes em sala de aula, momentos de aprender a história africana além da ótica eurocêntrica e introduzir o conteúdo da África de forma diversificada e dinâmica. Trocas de experiências entre o docente e os discentes são relevantes. Transmitem ideias inovadoras na oralidade e apresentações na sala de aula, no pátio e durante as

apresentações da temática. Eles vivenciam e refletem o tema.

Entretanto não há mídia na escola suficiente para os docente e estudantes para o acesso a internet e o lançar dos estudos da temática como o uso de leitura de artigos acadêmicos, filmes sobre o tema, baixar via internet vídeos, tele-aula, fotos ou imagens, documentários. Enfim o ir além dos materiais expostos e arquivados na escola.

Os docentes sentem dificuldades em discutir o racismo, a questão da identidade racial. O fazer avançar a partir das discussões em sala de aula para aguçar a criticidade dos alunos, fazer avançar ou construir a formação da identidade, analisar a heterogeneidade social como um fator de respeito, riqueza cultura, social e fruto de uma sociedade contemporânea.

Desejo continuar o estudo sobre a temática com leitura de artigos, livros, fundamentação teóricas para produzir uma pesquisa de maior proporção (finalizar a minha dissertação do Curso de Ciências da Educação a partir das indagações conclusivas deste artigo) e mais visitas de campo da mesma entidade escolar, produzir questionários e tabular em gráficos para melhores análises e conclusões.

Sugiro cursos contínuo do conteúdo para toda comunidade escolar; Investimentos por parte da política pública à pesquisa e o uso das TIC'S; Incentivo a leitura de literatura da temática.

É um desafio para comunidade de Educação Básica vivenciar o assunto. Entretanto, é o momento de sermos estudantes e profissionais ousados, pesquisadores (sempre!) na busca de ampliar a epistemologia para construção da consciência racial.

REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**; 3ª edição; Campinas: SP; 2007; Coleção Educação Contemporânea.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1987.

FROTA, Silvana. **Reriutaba: ontem e hoje: história e crônica**. Fortaleza – CE: Expressão Gráfica; 2003.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **A lei 10.639/03 e o movimento negro: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil”**. Artigo: Universidade Federal Fluminense; RJ; 2011.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Síntese da coleção História Geral da África: Pré-história ao século XVI**. Brasília-DF: UNESCO, MEC; 2013.

TORRES, MAYRLA KELMA LOPES. **Implementação da Lei 10.639/03: Estudo de Caso com professora do Ensino Fundamental**. Artigo: Universidade Católica de Brasília – UCB; Brasília: DF; 2013.

Artigos de revistas

NASCIMENTO. Heverton. O porquê da escravidão dos africanos no Brasil. (págs. 76-77) IN: **Revista Nova escola**. Nº 246; Out. ANO XXVI; Ed. Abril: São Paulo- SP: 2011.

NDIAYE, Pap. “Não nascemos racistas, nos tornamos racistas”. (pág. 20- 21). IN: **Revista Nova Escola**. Ano 29; Nº 272; Maio. Ed. Abril; São Paulo – SP: 2014.

53

PEREIRA, Amilcar Araújo. Entrevista: História negra, escola branca. (págs 19 a 23); IN: **Carta na Escola: Atualidades em sala de aula**. Nº 81. Nov; São Paulo-SP: Ed. Confiança. Ministério de Educação; 2013.

SILVÉRIO. Valter Roberto. Entrevista. (págs. 3 a 16); IN: **Revista Veras**. Nº 1; V. 05; janeiro/junho; São Paulo- SP: 2015. (Revista acadêmica de Educação do Instituto Vera Cruz).

Sites ou endereços eletrônicos visitados.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/index.shtm>. Acesso em: 07 maio 2014.

Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de etnia ou de cor. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm>. Acesso em: 09 maio 2014.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 22 abril. 2015.

Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 9 jan. 2003. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 22 abril. 2015.

Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial. Altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm. Acesso em 22 maio 2015.

Ministério da Educação. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: Programa Diversidade na Universidade, 2008. Disponível em:http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13788:diversidade-etnico-racial&catid=194:secad-educacao-continuada. Acesso em: 18 maio 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. IBGE. Disponível

em:<[http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=231170&search=ceara|reriuta
ba%20graficos:informacoes-completas](http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=231170&search=ceara|reriuta%20ba%20graficos:informacoes-completas)>. Acesso em: 02/10/2015.

Documentos estudados

P.P.P. Projeto Político Pedagógico: EEIF Marcelo da Cunha Araújo. Disponível na referida escola ou endereço eletrônico: escolamarcelodacunha@hotmail.com. Acesso em: 10/09/2015.
Projeto Meu Brasil de Todas as Cores. Disponível na referida escola ou endereço eletrônico: escolamarcelodacunha@hotmail.com. Acesso em: 10/09/2015